

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS: DO TRINÔMIO POSSÍVEL PARA O ENSINO PRODUTIVO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA UNIVERSIDADE.

ANDERSON DA SILVA RIBEIRO – Centro Universitário Augusto Motta/RJ

Durante muito tempo, a preocupação com a *leitura, interpretação e produção de textos* esteve restrita praticamente aos professores de língua materna dos ensinos fundamental e médio, cuja tarefa é criar um alicerce seguro (no que diz respeito ao desenvolvimento da competência lingüística), objetivando transformar o educando, através do instrumento língua, em um cidadão consciente de seus direitos e capaz de cumprir com seus deveres.

A realidade é inteiramente outra. Como professor, temos o privilégio de atuar simultaneamente nos três segmentos da escola e percebemos uma realidade caótica na universidade que perde a cada dia o espaço da pesquisa para configurar uma das disposições gerais da Educação Básica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial o artigo 22 que assim se expressa: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A universidade tem recebido agora tal incumbência. O alunado que recebemos no terceiro grau apresenta deficiências graves de naturezas diversas, inclusive de cidadania, o que mostra o sucateamento de toda política educacional.

A tônica deste trabalho está em defender e justificar a presença da Língua Portuguesa, nunca “bêbada”, mas sempre “equilibrada” (cf. Pereira, 2002: 261), em todos os cursos de graduação. Acreditamos que isto deve ser a filosofia atual, tendo em vista os problemas lingüísticos que encontramos na sala de aula, o que para os puristas seriam verdadeiros atentados ao idioma pátrio.

O trabalho é árduo, mas inteiramente gratificante quando se tem a crença de que podemos tocar corações e mentes. Ler, escrever e interpretar textos são ações que podem até partir das aulas de português, entretanto tais verbos congregam práticas da vida social. A todo instante, somos convidados a decodificar o mundo com base nos signos verbais e não-verbais que nos são apresentados. Mais ainda, somos convidados a produzir textos para falar de nós, das nossas necessidades, angústias, medos, emoções variadas. Se a língua(gem) é facista, como ensina Roland Barthes (1997), somos, pois, “obrigados a dizer”.

Ao discutir o problema em questão, Guedes e Souza (2004: 15) se posicionam da seguinte forma:

A tarefa de ensinar a ler e a escrever um texto de história é do professor de história e não do professor de português. A tarefa de ensinar a ler e a escrever um texto de ciências é do professor de ciências e não do professor de português. A tarefa de ensinar a ler e a escrever um texto de matemática é do professor de matemática e não do professor de português. A tarefa de ensinar a ler e a escrever um texto de geografia é do professor de geografia e não do professor de português. A tarefa de ensinar a ler e a escrever um texto de educação física é do professor de educação física e não do professor de português. A tarefa do professor de português é ensinar a ler a literatura brasileira.

Cientes de nossa tarefa, como professor de língua materna que somos, será possível aproveitar as aulas para observar, através dos textos da literatura brasileira, a abundância do português revelada nas suas quase que infinitas possibilidades de expressão, sendo o texto literário a sua concretização mais elaborada, considerando aí a finalidade artística existente. É claro que esses textos não podem (na verdade, não devem) ser o princípio norteador para uma prática de ensino eficiente. É necessário partirmos da realidade mais próxima do aluno, trabalhando com textos que circulam no seu dia a dia para que em outro momento seja possível apresentar a literatura. Enfatizamos que essa prática deverá perpassar também o ensino superior, na disciplina de Português oferecida.

Em outro momento, Guedes e Souza (2004: 15) explicitam os objetivos da escola no que diz respeito à leitura e à produção de textos:

Ler e escrever são tarefas da escola, questões para todas as áreas, uma vez que são habilidades indispensáveis para a formação de um estudante, que é responsabilidade da escola. Ensinar é dar condições ao aluno para que ele se aproprie do conhecimento historicamente construído e se insira nessa construção como produtor de conhecimento. Ensinar é ensinar a ler para que o aluno se torne capaz dessa apropriação, pois o conhecimento acumulado está escrito em livros, revistas, jornais, relatórios, arquivos. Ensinar é ensinar a escrever porque a reflexão sobre a produção de conhecimento se expressa por escrito.

Na universidade, por vezes, somos questionados sobre a deficiência dos alunos na leitura e produção de textos acadêmicos. Ora, se ler e escrever é um compromisso coletivo de todas as áreas do saber científico, tais questionamentos são desnecessários, uma vez que o professorado deve estar atento ao desempenho

lingüístico de seus alunos. As avaliações constituem bom exemplo. O docente de qualquer área precisa estar atento à clareza e à coerência das respostas discursivas apresentadas e não se esquivar, afirmando que não tem formação para corrigir os “erros” gramaticais. Dessa forma, não haverá o progresso que tanto almejamos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) foram apresentados à comunidade escolar com o intuito de servir de “diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar uma formação básica comum”. Diante da problemática que acomete o ensino superior, sobretudo a deficiência já descrita, apontamos a necessidade de levar as orientações apresentadas pelos parâmetros em foco, atendendo ao objetivo de formar leitores/produtores de textos eficientes, capazes de ultrapassar o espaço da sala de aula e alcançar, com isso, o espaço da pesquisa que caracteriza a universidade.

Em nossas aulas de Língua Portuguesa, na verdade, aulas de linguagem como bem lembra o Professor André Valente (UERJ), o texto, organizado sempre dentro de limites temáticos, composicionais e estilísticos, funciona como unidade de ensino. Nessa direção, é preciso contemplar a multiplicidade de gêneros textuais, uma vez que não há um único modelo capaz de ensinar todas as manifestações discursivas que circulam na sociedade.

A seleção de gêneros será de acordo com a necessidade dos usos públicos da linguagem, ou seja, aqueles que, dentre muitos, fazem parte da realidade do falante/produtor de textos. Segundo os PCN (1998: 24), os textos escolhidos deverão “favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem”. Na universidade, a seleção dos gêneros, a princípio, atenderá o perfil do meio de circulação. Em um primeiro momento, aparecerão o resumo, a resenha, o relatório, o fichamento, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) etc. Já em um segundo momento, considerando o quadro atual do alunado, apresentamos textos orais, escritos, verbais e não-verbais, que vai da conversa informal ao romance, do Cartum a uma pintura clássica. Sempre privilegiando a diversidade. Assim, será possível conhecer os diferentes modos de dizer, bem como o fato da linguagem ser inerente ao homem. Por isso é que existem textos.

Novaes (2005), dá a sua contribuição ao estudar a produção textual escrita de seus alunos do ensino superior pertencentes a diferentes gêneros – carta pessoal, carta do leitor, dissertação, resumo e resenha crítica. Considerando um contexto acadêmico, a pesquisa também se utiliza de um *corpus* oral, constituído como amostra complementar, cuja finalidade é estabelecer, através da interação entre sujeitos, um *continuum* entre as duas modalidades da língua.

Dos gêneros escritos trabalhados por Novaes, destacamos a dissertação que vem dia a dia, segundo a autora, ultrapassando os limites comunicativos da escola, passando a incorporar às práticas sociais. Prossegue Novaes com sua tese (2005: 127):

No mundo acadêmico, [a dissertação] tem lugar garantido desde os exames vestibulares até os diferentes sistemas de avaliação de cursos; no mundo do trabalho, serve de parâmetro nos concursos públicos, nos processos seletivos das empresas privadas, em diferentes situações em que se faz necessário avaliar a competência lingüístico-discursiva dos participantes. Além disso, as sociedades letradas exigem, cada vez mais, que os indivíduos saibam expor suas idéias, de forma ordenada e coerente, defendam, com argumentos consistentes, seu ponto de vista, enfim, sejam capazes de articular suas práticas discursivas para o exercício da cidadania.

Julgamos que os argumentos de Novaes (2005) corroboram o propósito deste artigo que pretende justificar a presença da disciplina de Língua Portuguesa nos cursos de graduação, principalmente em certas universidades cujo alunado é de um nível sócio-econômico baixo, o que inviabiliza o acesso à cultura erudita. Os estudantes que adentram essas instituições são, muitas vezes, desprovidos até de dignidade, dirá de competência lingüística – tarefa do professor de linguagem a ser reforçada pelos os docentes das outras áreas.

Os PCN ainda tratam, dentro da diversidade de gêneros, da especificidade do texto literário que se justifica por sua função artística de recriar verbalmente o mundo. Pereira (2004: 175) ao defender a literatura em sala de aula, é incisiva ao se pôr contra ao tratamento que o texto literário recebe como objeto inatingível. É claro que devemos prestar reverência à arte que nos emociona, mas é preciso guardar os exageros. Para a autora, "a cerimônia impede a proximidade, inibe o singelo ato de intimidade quando nos apossamos de um texto – matéria lingüística – que nos mostrará a língua portuguesa em plenitude, no seu mais esplêndido berço".

Nos cursos de graduação indistintamente, apresentamos a literatura em algum momento. Julgamos que o fato de um aluno ser do curso de Administração de Empresas, não o isenta de ser premiado pela beleza do texto de um Drummond e tantos outros que fizeram da língua matéria de suas obras primas.

Como este artigo trata de um trinômio considerados por nós "fórmula" eficiente para o sucesso da sala de aula, exemplificamos, a seguir, com um fragmento de Lygia Bojunga que na obra *Fazendo Ana Paz* (2004: 11-12) trata do processo de criação artística:

Eu nunca tinha vivido a experiência de uma personagem me pegar assim desprevenida; eu não tinha pensado que a gente podia parir personagem assim. A Raquel entrou no meu estúdio feito furacão, explodiu no meu caderno onde eu ia escrever o meu livro de viagens, dizendo que tinha dez anos, que tinha uma família assim e assado, que tinha um amigo inventado chamado André e ela se correspondia com ele, e que tinha essas tais vontades fortíssimas que ela precisava esconder depressa, depressa, DEPRESSA!

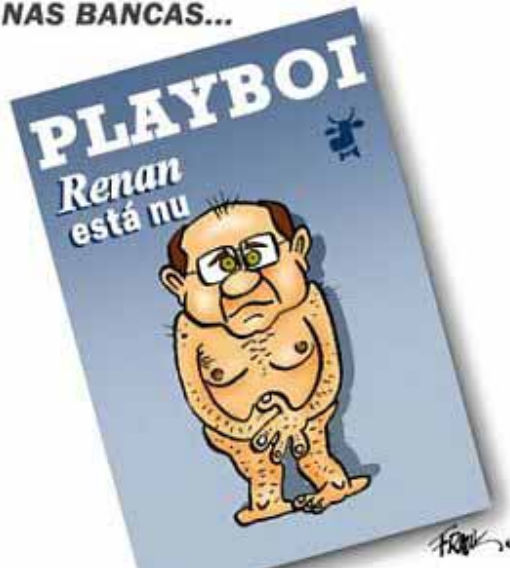
A urgência de Raquel me arrastou. Comecei a procurar depressa um lugar pra ela esconder tais vontades. Acabei encontrando uma bolsa amarela que me deu a maior mão-de-obra pra fazer: a Raquel queria uma bolsa cheia de bolsos dentro, pra ir botando nos bolsos tudo que ela ia inventando, e a bolsa foi então crescendo, e a história se complicando, e eu já não fazia mais nada a não ser me ocupar da bolsa, me esqueci que ia escrever um livro de viagens, deixei pra lá um monte de coisas que eu ia fazer, e até o último parágrafo do livro (que ficou se chamando *A bolsa Amarela*) a Raquel não saiu de perto de mim: exigente, obstinada, centralizadora.

Lygia trata do processo de criação de maneira subjetiva, utilizando, para isso, de um coloquialismo elaborado que bem caracteriza sua prosa. Ressaltamos que o aluno deve ser lembrado de que a atividade da escrita não é privilégio de "alguns". Todos possuem capacidade para escrever um bom texto. Entretanto, é indispensável (neste caso em qualquer nível de ensino) o burilamento e a dedicação. Diante do caos lingüístico, verificamos nas salas de aula a necessidade de intensificarmos o esforço na tarefa e no compromisso de ensinar.

Para ilustrar, citaremos uma questão de prova por nós elaborada e aplicada a um grupo de universitários. Como em nossas aulas estamos sempre privilegiando o contexto, a pergunta parte do caso de corrupção no qual está envolvido o Senador Renan Calheiros. A seguir, transcrevemos o enunciado com algumas respostas - todas da mesma natureza:

TEXTO 3 – Frank, 20/06/07 (*A Notícia* - SC)

NAS BANCAS...



6- Palavras novas surgem por necessidade de nomear algo inédito da realidade do falante. No Texto 3, PLAYBOI é uma criação lingüística (= da língua) que retoma o título de conhecida revista do universo masculino. **Informe** que palavra é retomada e **explique**, com base no contexto, em um parágrafo de 5 a 8 linhas, o(s) possível(is) motivo(s) de tal inovação vocabular. (2 pontos)

Resposta 1:

Playboi.

Nos documentos apresentados por Renan Calheiros, foram encontrados, supostas irregularidades; por esse motivo, o texto 3, nos mostra que ele acabou ficando nu diante da população brasileira, não conseguindo concretizar sua defesa ao Conselho de Ética da casa.

Resposta 2:

A nossa língua portuguesa é muito rica, porém tem palavras suficientes para expressar todos os nossos pensamentos, e no caso da charge, criaram uma palavra no sentido de trazer um ar irônico, mostrando que o Presidente do Senado está nú e juntando à "Boi" que é em que estão relacionando ele, dando origem a palavra "Playboi".

Resposta 3:

A palavra é nu.

Resposta 4:

Através da revista conhecida por todos, mostrar o que acontece no meio político, a falta de respeito com o povo brasileiro que usa descaradamente o dinheiro público para leis pessoais como foi o caso do nosso presidente do senado Renan Calheiros.

Resposta 5:

O playboi (rapaz do boi)

Pois todas as suas renda e os seus investimentos estavam sendo aplicado em criação

de gado. Mais agora que esta, sendo comprovado que era mera desculpas que ele estava dando para, poder fazer os seus negócios com empresarios. Sobre supostas lavagem de dinheiro.

Resposta 6:

Existem vários motivos para que as pessoas troquem os homens das coisas ou de objetos de uso. Pois podem ficar mais fáceis de pronunciar, pode uma pessoa não saber escrever mais com certeza vai entender o que a outra pessoa venha á dizer, imediatamente liga uma coisa á outra.

Percebemos que, além dos problemas gramaticais detectados nas respostas transcritas acima, os alunos não sabem ler o enunciado das provas que fazem. Esse talvez seja um dos maiores problemas. Comandos como "sublinhe", "relacione", "compare", "disserte", "assinale a alternativa", "discorra", "problematize" são fortes motivos para a criação de transtornos. Isso porque o analfabetismo funcional que acomete os estudantes, inibe uma leitura que ultrapasse a simples decodificação do signo lingüístico. E para sanar tais problemas (já que o professor universitário tornou-se a "palmatória do mundo"), precisamos também rever as práticas de ensino e enfrentar o letramento na universidade.

REFERÊNCIAS:

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOJUNGA, Lygia. *Fazendo Ana Paz*. 6 ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2004.

GUEDES, Paulo Coimbra; SOUZA, Jane Mari de. Introdução: leitura e escrita são tarefas da escola e não só do professor de português. *In: NEVES, Iara Conceição Bitencourt et alii* (org.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 6 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

PEREIRA, Maria Teresa GonçalvesPEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. A apropriação da realidade sob a ótica da língua portuguesa. *In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; ---*. (Orgs.). *Língua e transdisciplinaridade: rumo, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 257-261.

----- . O texto literário na escola: perspectivas de abordagem. *In: HENRIQUES, Cláudio Cezar; SIMÕES, Darcilia* (Orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*.

Rio de Janeiro: Europa, 2004b, p. 175-182.

NOVAES, Ana Maria Pires. *Entre a fala e a escrita*: uma proposta de ensino de língua materna através dos gêneros discursivos. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Estudos Gerais/ Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.